



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CS
Nº Único <u>441382</u>
Entrada/Saida nº <u>547</u> Data <u>06/09/2012</u>

Exma. Senhora Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 6 de setembro de 2012

Assunto: Proposta de Audição da ex-Diretora do Centro de Histocompatibilidade do Norte, Helena Alves, e do presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, Instituto Público, Hélder Fernando Branco Trindade pela Comissão Parlamentar de Saúde

O Banco Público de Células do Cordão Umbilical (BPCCU) (criado pelo Despacho nº 14879/2009, publicado em Diário da República a 2 de julho de 2009) veio instituir um serviço público de recolha de células do cordão umbilical, um serviço público e gratuito, que até então era só disponibilizado por empresas privadas, sob pagamento de valores exorbitantes, que ultrapassam os mil euros. Por outro lado, o BPCCU prevê também a combinação “das funções assistenciais com a investigação” para “dar um impulso à atividade de investigação” o que tem sido conseguido através das parcerias com instituições universitárias.

O BPCCU (vulgarmente conhecido como Lusocord) funciona no Centro de Histocompatibilidade do Norte (CHN), que integra também o Centro Nacional de Dadores de Células de Medula Óssea, Estaminais ou de Sangue do Cordão (CEDACE).

Ao longo de três anos de atividade, o Lusocord recebeu mais de 22 mil doações de sangue do cordão umbilical tendo procedido à criopreservação de mais de oito mil (refira-se que

apenas uma fração das colheitas apresentam condições adequadas à criopreservação, sendo que o serviço público garante a preservação das colheitas que efetivamente se encontram em condições para a criopreservação).

No entanto, ao longo destes três anos de atividade, o Lusocord sempre teve dificuldades no seu funcionamento, que se agravaram drasticamente desde que o atual governo tomou posse, designadamente no que concerne ao financiamento e à contratação de pessoal. Esta situação motivou uma pergunta do Bloco de Esquerda ao atual governo, datada de 19 de julho de 2011; na lacónica resposta enviada, o governo refere que o Lusocord vem “desenvolvendo uma atividade potencialmente relevante que deverá continuar a ser criteriosamente avaliada e eventualmente prosseguida” acrescentando que “após avaliação poderá ser garantido o financiamento que sustente”. Daqui se constata que a intenção do atual governo de assegurar este serviço público e reconhecer a sua pertinência sempre foi diminuta.

Em agosto do corrente ano, o Governo integrou o CHN no Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) - Instituto Público e, no dia 3 de setembro, o IPST veio anunciar em comunicado a suspensão das recolhas “de novas unidades para o banco público de células do cordão, por um período previsível de 60 a 90 dias”. No mesmo comunicado, é referido que foram verificadas irregularidades de gestão, processuais e financeiras no CHN, mencionando-se que “foi enviado um relatório preliminar das mesmas às autoridades competentes” e solicitando uma inspeção à Inspeção Geral de Saúde.

Antes mesmo da inspeção se iniciar, a diretora foi demitida, apesar dos sucessivos alertas que fez para a situação muito precária em que se encontrava o serviço que dirigia e que nunca tiveram resposta da tutela nem da direção do IPST.

Não se compreende como pode um serviço ser melhorado quando tudo está a ser feito para acabar com ele: nunca foi assegurado o financiamento necessário ao funcionamento do Lusocord, nunca foram contratados os profissionais necessários, sendo que doze trabalhavam em regime de subcontratação através de uma empresa de trabalho temporário.

Com estas medidas, o governo pretende desacreditar o Lusocord bem como o serviço público e gratuito por ele prestado, criando condições para o seu encerramento definitivo, com o habitual pretexto de não haver dinheiro para o manter a funcionar. As beneficiárias

serão as empresas privadas, que têm preços caríssimos, e assim alargam o campo do seu negócio.

O Bloco de Esquerda considera que estamos perante um processo que visa levar ao encerramento deste serviço público, o que não pode acontecer.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a Audição da ex-Diretora do Centro de Histocompatibilidade do Norte, Helena Alves, e do presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, Instituto Público, Hélder Fernando Branco Trindade.

O deputado do Bloco de Esquerda,



João Semedo